EDIÇÃO 176

BOLETIM DO SINDIPETRO/MG 20 de outrubro de 2023 Sindipetro.org

Categoria exige avanços no ACT



O Sindipetro/MG convoca assembleias com paralisação de 19 a 27/10, na portaria da Refinaria Gabriel Passos (Regap) e demais localidades (conforme calendário), para avaliar com indicativo de rejeição a segunda contraproposta para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2023) apresentada pela Petrobrás. Mesmo com alguns avanços em relação à primeira contraproposta, as principais reivindicações da categoria não são atendidas pela direção da empresa.

Diante da proximidade do fim da validade do atual acordo local que implementou o turno ininterrupto de revezamento de 12 horas na Regap, o Sindicato irá também deliberar nas assembleias sobre a renovação do atual acordo por mais um ano.

A segunda contraproposta apresentada pela empresa mantém a relação de custeio da AMS em 60×40 de forma a não resolver as causas dos descontos abusivos. Além disso, a proposta não avança na construção de um programa de mobilidade justo e transparente, tanto no contexto do teletrabalho quanto no trabalho presencial. Também não responde a garantia de ultratividade e segurança do emprego, não trata da remuneração variável e plano de cargos, não avança sobre a questão do banco de horas e do saldo AF, e não aponta perspectivas de incorporação dos trabalhadores da Petrobrás Biocombustível (PBio) e do pagamento de adicional de dutos e terminais na Transpetro. Também não há avanços em questões que já poderiam ter sido resolvidas de forma administrativa pela Petrobrás.

O coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, destaca que a mobilização da categoria será determinante para o acordo a ser firmado entre os trabalhadores e a Petrobrás. "O ACT será definido pela nossa capacidade e disposição na grama. Precisamos agora rejeitar essa contraproposta e iniciar mobilizações para pressionar a mesa de negociação a avançar nas nossas pau-

tas" enfatizou Guilherme Alves.

A avaliação é de que é preciso avançar mais para a retomada de direitos e na pauta de reconstrução do Brasil e investimentos em uma transição energética justa. Queremos a recomposição do efetivo perdido nos governos Temer e Bolsonaro, com a realização de mais concursos públicos e, nas relações de trabalho, maior humanização com respeito à diversidade e medidas concretas de combate ao assédio moral e sexual. As entidades sindicais têm feito o seu papel com empenho na mesa de negociação. Agora é hora de a categoria mostrar a sua força na grama e exigir avanços.

Plano de Saúde ampliado para contratados



A gerência de RH enviou uma carta à FUP, comunicando a decisão da diretoria executiva em atenção a algumas demandas trazidas pela FUP nas reuniões realizadas no âmbito do GT de Terceirização.

Após cobrança da categoria em relação à situação dos trabalhadores já contratados, a FUP colocou com força essa demanda no GT, e obteve resposta positiva nesta segunda-feira.

A conquista altera a cláusula do Plano de Saúde para os contratos de prestação de serviço, conferindo atendimento ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e odontológico, e o custeio integral pela contratada, incluindo os dependentes legais até 21 anos, admitindo a co-

participação de até 25%, em contratos com mais de 365 dias. A assistência à saúde deve alcançar no mínimo o local de trabalho, sendo que para os contratos em regime especial de campo, a cobertura deve ser nacional.

No documento, a Petrobrás registra que esta medida passou a valer para novas contratações a partir do dia 1 de setembro de 2023 e que "em 29 de setembro de 2023, a Diretoria Executiva aprovou e determinou a realização de aditivos visando atualizar a nova cláusula do plano de saúde em contratos vigentes com alto risco à continuidade e segurança operacional, os quais deverão ser realizados até o primeiro trimestre de 2024".

COREN recebe denúncia sobre piso da enfermagem

Sind-Saúde/MG enviou um ofício ao COREN relatando ter tomado conhecimento do descumprimento na Regap

O Sind-Saúde/MG enviou um ofício ao Conselho Regional de Enfermagem (COREN) e aos sindicatos da categoria, com cópia para a gerência da Regap, relatando ter tomado conhecimento, a partir do Sindipetro/MG, de que há profissionais de enfermagem contratados na Refinaria que ainda não recebem o Piso Salarial, conforme lei sancionada pelo Governo Lula.

"É inadmissível que após tantas lutas por um piso salarial mais justo, este seja descumprido. Exigimos que a gestão da Regap cobre das empresas contratadas o cumprimento da legislação de forma imediata", afirma Guilherme Alves, coordenadorgeral do Sindipetro/MG.

Retorno sobre denúncias

O Sindicato aguarda providências da gerência local sobre situações denunciadas envolvendo contratadas, como atrasos e não pagamento de horas extras, vale alimentação e adicional de periculosidade, além de jornadas exaustivas, demissões e assédios.

A Parada de Manutenção também tem sido palco de demandas da base, como a situação de alto fluxo próximo à Rodoviária e das filas nos refeitórios. Sobre os banheiros, apesar do esforço do pessoal da limpeza, a demanda tem sido alta, exigindo melhorias na infraestrutura.

O Sindicato também cobrou maior disponibilidade de EPIs específicos durante algumas atividades, como ocorreu na liberação do CCF2. Apesar da atuação da Técnica de Segurança que garantiu a realização segura do serviço, houve demanda da Operação por mais máscaras para vapores orgânicos do tipo semi-facial.

Em caso de demandas e denúncias, procure um diretor do Sindicato ou entre em contato por diretoria@sindipetromg. org.br.



